



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal  
Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima  
Câmara Recursal da 2ª Câmara de Julgamento

ATA DE REUNIÃO

ATA CEEXT Nº 12/2021 – Câmara Recursal de **Roraima**

**Reunião da Câmara Recursal da Comissão Especial dos ex-Territórios de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT – Decreto nº 10.020, 17 de setembro de 2019**

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas e quarenta e cinco minutos foi aberta reunião, realizada de forma virtual, pelo Presidente da Câmara Recursal com a presença dos demais membros, nomeados pela Portaria SEDGG/ME Nº 2258, de 24 de fevereiro de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Em consonância com as atribuições previstas no Regimento Interno da CEEXT, aprovado pela Portaria nº 13.278, de 29 de maio de 2020, e nos termos da Portaria Normativa nº 384, de 11 de janeiro de 2021, deliberou-se pelo julgamento dos recursos interpostos contra decisões proferidas pela Câmara de Julgamento de Roraima, nos moldes do art. 4º do Decreto nº 10.020/2019, em 10 (dez) processos oriundos do Estado de Roraima e de seus Municípios, relacionados abaixo.

Pelo **provimento** do recurso - 1 processo

| INTERESSADO                   | PROCESSO             |
|-------------------------------|----------------------|
| JOSÉ GILVAN OLIVEIRA DE MOURA | 05502.005632/2018-60 |

Pelo **improvemento** do recurso – 9 processos:

| INTERESSADO                | PROCESSO   | MOTIVAÇÃO  | EXIGÊNCIA LEGAL  |
|----------------------------|--|--|--|
| EVALDO SILVA ALVES         | 05502.063252/2015-05   | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional específica, exigida pela legislação então vigente. | Art. 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 c/c art. 9º da Portaria 384/2021. |
| HOSIEL COSTA DE OLIVEIRA   | Recurso administrativo. 14021.124706/2021-65.<br>Processo originário. 05502.005740/2015-90 | Ausência de comprovação do vínculo   | Art. 2º, § 3º, incisos I e II da Lei 13.681/2018.                                  |
| RAIMUNDA DA SILVA PINHEIRO | 05502.001337/2015-91   | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional específica, exigida pela legislação então vigente. | Art. 36 §2º do Decreto 27.426/1949 c/c art. 9º da Portaria 384/2021.               |
| MARACI DE SOUZA CARNEIRO   | Recurso: 19975.130024/2021-36<br>Processo originário: 05502.065537/2015-72                 | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional específica, exigida pela legislação então vigente. | Art. 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 c/c art. 9º da Portaria 384/2021. |
| NÚBIA LANA MAGALHÃES PERES | Recurso: 19975.130045/2021-51<br>Processo originário: 05502.005377/2015-                   | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional  | Art. 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 c/c art. 9º                       |

|                                     |  |  |  |
|-------------------------------------|--|--|--|
|                                     | 11   | específica, exigida pela legislação então vigente.   | da Portaria 384/2021.  |
| <b>VALÉRIA PAIVA DE SOUZA</b>       | Recurso: 19975.128919/2021-19<br>Processo originário: 05502.001838/2015-78 | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional específica, exigida pela legislação então vigente. | Art. 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 c/c art. 9º da Portaria 384/2021. |
| <b>ASSUERO DA SILVA SOUSA</b>       | Recurso: 14022.114299/2021-78<br>Processo originário: 05502.059752/2015-34 | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional específica, exigida pela legislação então vigente. | Art. 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 c/c art. 9º da Portaria 384/2021. |
| <b>ALDENETE DA SILVA GUIMARÃES</b>  | Recurso: 19975.126376/2021-97<br>Processo originário: 05502.005840/2015-16 | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional específica, exigida pela legislação então vigente. | Art. 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 c/c art. 9º da Portaria 384/2021. |
| <b>JAIR GALVÃO PEREIRA MATOS</b> □□ | Recurso: 19975.125746/2021-79<br>Processo originário: 05502.065506/2015-11 | Não atendimento, à época do desempenho das atividades, do requisito de escolaridade ou habilitação profissional específica, exigida pela legislação então vigente. | Art. 30 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 c/c art. 9º da Portaria 384/2021. |

Após deliberação, os votos foram aprovados pelos membros da Câmara Recursal integrantes do julgamento. Ao final, determinou-se a notificação dos interessados. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada.



Documento assinado eletronicamente por **Amado José Bueno Netto, Presidente da Comissão**, em 09/09/2021, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Ramires Kairala de Oliveira, Membro de Câmara**, em 09/09/2021, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Guedes, Membro de Câmara**, em 09/09/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Criscolo Batista Camara, Membro de Câmara**, em 09/09/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Ferreira Souza, Membro de Câmara**, em 09/09/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18497598** e o código CRC **6C40EB90**.